



1 **Ata da Sessão Ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do**
 2 **Brasil – SeccionaI Tocantins – triênio 2013/2015**
 3 (5ª Sessão)
 4

5
 6
 7 **Data:** 13 de junho de 2014, 14h00min.
 8 **Local:** Sede do Conselho SeccionaI da OAB/TO
 9 Quadra 201 Norte, Conjunto 03, Lotes 1 e 2, Palmas – TO.
 10

11
 12 Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, no plenário da
 13 sede da Ordem dos Advogados do Brasil, SeccionaI do Tocantins (OAB/TO),
 14 após terem sido previamente convocados, reuniram-se na quinta sessão
 15 ordinária os membros da OAB/TO eleitos para o triênio 2013/2015, onde
 16 presentes se achavam: **Diretoria:** Presidente - Epitácio Brandão Lopes, OAB/TO
 17 nº 315; Vice-Presidente – Rubens Dario Lima Câmara, OAB/TO nº 2.807;
 18 Secretário – Geral – Paulo Saint Martin de Oliveira, OAB/TO nº 1.648; Diretor-
 19 Tesoureiro – Pompilio Lustosa Messias Sobrinho, OAB/TO nº 1.807.
 20 **Conselheiros Estaduais:** Adwardys Barros Vinhal, Alessandro de Paula
 21 Canedo, Alex Hennemann, Alexandre Abreu Aires Junior, Célio Alves de Moura,
 22 Dinalva Bezerra Costa, Dorema Silva Costa, Fernando Palma Pimenta Furlan,
 23 José Pedro da Silva, Marcello Bruno Farinha das Neves, Moema Neri Ferreira
 24 Nunes, Rodrigo Otávio Coelho Soares, Ronan Pinho Nunes Garcia, Saulo de
 25 Almeida Freire, Sérgio Menezes Dantas Medeiros e Túlio Jorge Ribeiro de
 26 Magalhães Chegury e dos **Conselheiros Estaduais Suplentes:** Márcio
 27 Gonçalves Moreira, Roger de Melo Ottaño. **Conselheiros Federais:** Ercilio
 28 Bezerra, Gedeon Pitaluga Junior e Carlos Augusto Pinheiro. **Ausências**
 29 **justificadas:** Secretária-Geral Adjunta – Heloisa Teodoro Cunha, OAB/TO nº
 30 847; Conselheiro Federal André Luiz Barbosa Melo; Conselheiros Huascar
 31 Mateus Basso Teixeira; José Augusto Bezerra Lopes, Orlando Rodrigues Pinto,
 32 Pedro Carvalho Martins, A seguir, verificado o *quórum legal*, o Presidente do
 33 Conselho SeccionaI declarou aberta a sessão, saudou os presentes, desejou
 34 sucesso nos trabalhos do dia e parabenizou os aniversariantes do mês de junho:
 35 Miguel Chaves Ramos, Presidente da Subseção de Alvorada; Antônio Neto Neves
 36 Vieira, Conselheiro Estadual Suplente; Ildefonso Domingos Ribeiro Neto,
 37 Presidente da Subseção de Guaraí; Huáscar Mateus Basso Teixeira, Conselheiro
 38 EstaduaI; Rodrigo Otavio Coelho Soares, Conselheiro Estadual; Gedeon Batista
 39 Pitaluga Júnior, Conselheiro Federal, e Alessandro de Paula Canedo,
 40 Conselheiro Estadual. Após, o Presidente Epitácio Brandão colocou em
 41 apreciação a Ata da sessão anterior, submetida a votação, foi aprovada por
 42 unanimidade. Registrou-se a presença das seguintes pessoas: Dr. Miguel
 43 Chaves, Presidente da Subseção de Alvorada; Dr. Sergio do Vale, Presidente da
 44 Comissão de Direito EleitoraI; Dr. José Hilário, Presidente da Subseção de
 45 Araguaína, Dr. Sérgio Constantino Wacheleski, Presidente da Subseção de
 46 Colinas; Drª. Priscila Costa Martins, da Comissão de Direito do Consumidor, Dr.



1 Paulo Roberto, da Comissão de Credores Públicos, Dr. Sarandi Dorneles,
2 Presidente da Subseção de Natividade. Em seguida o Presidente Epitácio
3 Brandão lembrou a todos da festa junina, a se realizar logo mais, e também do
4 “boi no rolete” no Clube do Advogado de Gurupi, e “Arraiá do Advogado” em
5 Gurupi, no dia vinte e sete de junho, na sede da Loja Maçônica. Lembrou ainda
6 que o Baile do Rubi será no dia nove de agosto, cada Conselheiro terá direito a
7 dois convites, inicialmente os ingressos serão vendidos a cento e vinte reais
8 cada, e a mesa para dez pessoas custará um mil e duzentos reais, lembrou
9 ainda sobre a Conferência Nacional no Rio de Janeiro, aconselhou os
10 interessados a se apressarem, em vista da escassez de hospedagem e passagens
11 aéreas. Em seguida comentou sobre a aprovação da inclusão dos Advogados no
12 SIMPLES nacional, de grande valor e importância para a advocacia. A seguir o
13 presidente Epitácio Brandão solicitou ao Conselheiro Rodrigo Otavio, Presidente
14 da Comissão de Direito Sindical, que participou do Segundo Congresso de
15 Direito Sindical em Belo Horizonte, para relatar sua experiência, e o
16 mencionado Conselheiro disse que foi voltado para a proteção dos interesses da
17 advocacia em relação ao Direito Sindical, que apenas sete estados se fizeram
18 representar por suas comissões de Direito Sindical. Em seguida o Vice-
19 Presidente Rubens Dário comentou sobre sua viagem a Brasília onde participou
20 de reunião com o Corregedor Nacional da Justiça do Trabalho, sobre a
21 suspensão dos prazos do período entre os dias seis de dezembro e seis de
22 janeiro (férias do advogado), disse que o Ministro concordou em aclarar o
23 provimento número dois, no sentido de que não haveria impedimento aos
24 Tribunais Regionais para proceder a suspensão dos prazos, fazendo isso de
25 forma regionalizada. Sobre essa mesma matéria o Presidente Epitácio Brandão e
26 o Conselheiro Carlos Augusto Pinheiro, juntamente com o Presidente do CFOAB
27 Marcos Vinícius se reuniram com o Presidente do TST, que manifestou
28 entendimento divergente do Ministro Corregedor. O Presidente da Subseção de
29 Araguaína José Hilário perguntou se já havia algum expediente junto ao TRT da
30 Décima Região, e o Vice-Presidente Rubens Dário disse que o Presidente da
31 OAB/DF já estaria cuidando disso. Em seguida o Conselheiro Federal André
32 Barbosa informou sobre a criação de outra Vara Federal na Seção Judiciária de
33 Araguaína, onde há demanda reprimida de cerca de dezenove mil processos. O
34 Presidente da Comissão de Credores Públicos Paulo Roberto endossou as
35 palavras do Conselheiro Federal André Barbosa sobre a morosidade do
36 andamento dos processos na Vara Federal de Araguaína. Em seguida passou-se
37 ao **item 04 da Pauta:** apresentação, discussão votação dos balancetes de
38 janeiro e fevereiro do corrente ano da CAATO: o Presidente da Comissão
39 Conselheiro Rodrigo Otavio informou que ainda não foi possível finalizar a
40 análise de todos os documentos, que na próxima sessão a matéria estará pronta
41 para ser apreciada e votada. Em seguida passou-se ao **item 03 da Pauta:**
42 apresentação, discussão votação dos balancetes de abril e maio do corrente ano
43 da OAB/TO: o Presidente da Comissão Conselheiro Rodrigo Otavio propôs
44 algumas metas em relação a OAB/TO, pois em seu entender há um custo um
45 pouco elevado no custeio com mídia, etc., sugerindo que a OAB/TO trabalhe
46 com redução de trinta por cento no custeio, que as despesas com bufê são



1 elevadas, sugeriu o valor máximo de setenta reais por pessoa, gerenciar melhor
2 a compra de passagens, para que sobre dinheiro para aplicar em outras coisas,
3 como salas da OAB em fóruns do interior, que a Comissão propõe que seja
4 concedido reajuste no auxílio alimentação dos servidores da OAB/TO de vinte
5 por cento, que o parecer da Comissão é pela aprovação dos ditos balancetes. O
6 Presidente Epitácio Brandão justificou os gastos e disse que está empenhado em
7 reduzir custos, e que essas sugestões são bem vindas e serão analisadas,
8 submetidos a votação, os balancetes de abril e maio da OAB/TO foram
9 aprovados por unanimidade. Em seguida passou-se aos **itens 05, 06 e 07 da**
10 **Pauta:** apresentação, discussão e votação de Registro de Sociedade Simples sob
11 denominação Manzano Advocacia; apresentação, discussão e votação de
12 Registro de Sociedade sob denominação Marques e Daher Advogados
13 Associados; apresentação, discussão e votação de Distrato de Sociedade sob
14 denominação Emilio, Alves & Pita Advogados Associados; os pareceres da
15 Comissão foram pela aprovação das três solicitações, submetidas a votação
16 foram aprovadas por unanimidade. Foi retirado da pauta o processo nº 210/99,
17 referente solicitação de registro da Sociedade Ronaldo Eurípedes de Souza
18 Advocacia. Em seguida o Presidente Epitácio Brandão colocou em pauta o **item**
19 **01 da Pauta:** Processo nº 010/2013, o Presidente da Comissão de Defesa das
20 Prerrogativas Alexandre Aires deu parecer pela intervenção da OAB/TO nesse
21 processo, o Vice-Presidente Rubens Dário reforçou as palavras do Conselheiro
22 Alexandre Aires sobre a necessidade e conveniência da intervenção da OAB/TO,
23 submetido a apreciação e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida
24 passou-se ao **item 02 da Pauta:** data-base e reajuste salarial dos servidores da
25 OAB/TO: o Vice-Presidente Rubens Dário informou que a Diretoria sugere fixar
26 uma data para a data-base do reajuste dos funcionários, sendo sugerido o dia
27 primeiro de junho, e para esse ano o reajuste seria de oito virgula sessenta e
28 dois por cento, que é o mesmo concedido pelo Conselho Federal, o Conselheiro
29 Fernando Rezende sugeriu que a data-base seja em primeiro de janeiro, fazendo
30 agora um reajuste proporcional até aquela data, o Conselheiro Rodrigo Otávio
31 concorda com essa proposta e sugeriu fazer a atualização até agora, maio, e
32 depois compensar na data-base, o Presidente Epitácio Brandão informou que
33 nesse mês de junho, se for aprovado, os funcionários já receberão o mês de
34 junho com reajuste, o Tesoureiro Pompílio Lustosa esclareceu que há
35 disparidades salariais em funções idênticas, que está tentando estabelecer
36 valores semelhantes para cada função, organizar o quadro salarial, tentando
37 fazer de forma que não haja aumento significativo na folha salarial, o Presidente
38 Epitácio Brandão informou que já contratou uma empresa para elaborar o plano
39 de cargos e salários para a OAB/TO. A Conselheira Dorema Costa disse que não
40 se deve basear simplesmente na nomenclatura da função, não podemos nos
41 pautar pelos equívocos da gestão pública, devemos remunerar com justiça o
42 trabalho de cada um, o Tesoureiro Pompílio Lustosa esclareceu que no mês de
43 janeiro a OAB/TO não tem receita para pagar esse reajuste, que em dezembro
44 os gastos são maiores, por isso a sugestão para que a data-base seja no dia
45 primeiro de maio, o Conselheiro Rodrigo Otavio insistiu na sugestão de reajuste
46 de vinte por cento por cento para o auxílio alimentação. Submetido a votação,



1 foi aprovado por unanimidade a data-base para o dia primeiro de maio, para
2 pagamento em junho, e foi aprovado por unanimidade o índice de 8,62 (oito
3 virgula sessenta e dois por cento) de reajuste, correspondente a variação
4 acumulada do INPC. Em seguida passou a deliberar sobre a indicação dos
5 novos desembargadores do TJTO, o Vice-Presidente Rubens Dário informou que
6 são duas vagas, uma por merecimento e outra por antiguidade, dos
7 Desembargadores Carlos Souza e Liberato Pova, que tem havido impugnações
8 por magistrados quanto a pontuação, que causa espécie esse retardamento na
9 escolha desses novos desembargadores, que a sugestão da Diretoria é
10 encaminhar uma recomendação ao TJTO para que proceda essas escolhas o
11 mais rápido possível, divulgando na imprensa e com cópia para o CNJ. O
12 Conselheiro Fernando Rezende sugeriu que o mais eficaz seria ir direto ao CNJ,
13 pessoalmente, e depois divulgar isso na imprensa, que atuar aqui no TJTO é
14 ineficaz, o Vice-Presidente Rubens Dário informou que a OAB/TO tem se
15 pautado pelo diálogo com o TJTO, que até agora a Ordem ainda não se
16 manifestou, que entende que deveria iniciar o diálogo com o TJTO, o
17 Conselheiro Rodrigo Otavio disse que devemos fazer o mea-culpa, até hoje não
18 interpelamos o TJTO sobre esse tema, o Vice-Presidente Rubens Dário informou
19 que a vaga por antiguidade está sendo trancada pela vaga por merecimento, o
20 Conselheiro Alex Hennemann entende que é prudente tentar junto ao TJTO
21 antes de ir ao CNJ, o Presidente da Comissão de Precatórios Paulo Roberto disse
22 que algo deve ser feito, que só conversa não é suficiente, deve mandar um ofício,
23 o Conselheiro Rodrigo Otávio sugeriu ir ao TJTO, aguardar um prazo
24 determinado e se não houver avanço ir ao CNJ, o Conselheiro Fernando
25 Rezende disse que devemos prover a vagas de juizes, e resolver o caso da
26 aposentadoria do Desembargador Amado Cilton, que precisaríamos de ajuda do
27 Conselho Federal no CNJ, o Conselheiro Saulo Freire disse que precisaríamos
28 de concurso para prover as vagas de magistrados, submetido a votação, foi
29 aprovado por unanimidade enviar oficio e ir ao TJTO e aguardar até o dia vinte e
30 seis de junho, e se até essa data não surtir efeito, ir ao CNJ. Em seguida o Vice-
31 Presidente Rubens Dário colocou em pauta assunto sobre ações publicitárias da
32 Defensoria Pública, que a Defensoria estaria captando clientes com essas ações
33 de marketing, o Conselheiro Rodrigo Otavio se deu por impedido para discutir e
34 votar esse tema, por ser advogado da Associação dos Defensores Públicos, a
35 sugestão é formar uma comissão para analisar a resolução da Defensoria para
36 apontar incoerências e sugerir correções pertinentes, que a regra é que a
37 assistência jurídica no Brasil é privada, a pública é somente para os que
38 comprovarem sua hipossuficiência financeira. O Conselheiro Luiz Antônio disse
39 que na visão da Defensoria o cliente pode até ter patrimônio, mas se disser que
40 não tem dinheiro para pagar advogado, não precisaria vender parte desse
41 patrimônio, podendo ser cliente da Defensoria, o Conselheiro Saulo Freire
42 sugeriu abrir processo ético-disciplinar contra os defensores que fizerem
43 captação de clientes ou extrapolar, o Conselheiro Luiz Antônio disse que
44 basta ser cliente da Defensoria que não recolhe custas, que para os clientes dos
45 advogados comuns é muito difícil os juizes concederem a gratuidade judiciária,
46 que a situação é preocupante, o Conselheiro Fernando Rezende disse que o



1 advogado é proibido de fazer propaganda e captar clientes, que essa briga deve
2 ser encampada pelo CFOAB, o Conselheiro Alex Hennemann disse que em um
3 processo que litiga contra a defensoria ele poderia ter pego a causa pela outra
4 parte, que tem impugnado o benefício da gratuidade nesses casos, algumas
5 causas tem benefício econômico superior a um milhão de reais, que acha que o
6 defensor não pode ser obrigado a desobedecer resolução do próprio Órgão, o
7 Presidente Epitácio Brandão sugeriu que a citada Comissão seja formada pelo
8 Conselheiro Télió Leão, Conselheiro Murilo Machado e Conselheiro Luiz Antônio.
9 Em seguida o Vice-Presidente Rubens Dário suspendeu a sessão em razão da
10 visita do Governador Sandoval Cardoso e da Deputada Professora Dorinha, o
11 Presidente Epitácio Brandão registrou a satisfação da OAB/TO por esta visita,
12 que ele é o primeiro governador do estado a visitar espontaneamente esta casa,
13 fez agradecimento especial a Deputada professora Dorinha, que tem sido
14 parceira da advocacia, sempre que solicitada ela se dispõe a colaborar na busca
15 dos anseios da advocacia, o Presidente Epitácio Brandão encarregou o
16 Conselheiro Sergio Dantas de saudar o Governador Sandoval Cardoso. O
17 Governador agradeceu a receptividade, mencionou sobre reunião anterior, sobre
18 o sistema carcerário do Tocantins, que faltou nos governos anteriores
19 planejamento na área da saúde, mas hoje diversos hospitais estão sendo
20 construídos ou ampliados, e também nossas penitenciárias, que está se
21 esforçando ao máximo para melhorar a vida dos tocantinenses, que está
22 estudando a possibilidade de ter um conselheiro da OAB/TO como secretário de
23 governo, agradeceu a oportunidade. Em seguida a sessão foi reiniciada, com
24 manifestações pessoais, o Dr. Rolf Costa, ex-presidente da Comissão de
25 Esportes, agradeceu a confiança nele depositada e fez um rápido balanço da sua
26 gestão, está temporariamente incompatível porque foi nomeado Secretário
27 Estadual da Juventude, mas continua advogado e sempre apoiará a OAB/TO. O
28 Conselheiro Rodrigo Otavio elogiou o Dr. Rolf, que o mesmo é sempre
29 competente, pediu que não se afaste da OAB/TO, mesmo enquanto secretário,
30 que a quarta corrida do advogado está garantida. O Conselheiro Saulo Freire
31 manifestou novamente sua preocupação, já mencionada na sessão anterior, em
32 relação a magistratura do Tocantins, que precisaríamos ter acesso a uma
33 minuta do novo Código de Organização Judiciária do Tocantins, que os
34 advogados estão excluídos desse processo, que atualmente o judiciário não tem
35 recursos para nada, que até a operação MAET o judiciário tinha dinheiro para
36 tudo, construir fóruns, capacitar funcionários, adquirir equipamentos, etc., mas
37 após essa operação o dinheiro acabou, que várias comarcas estão sem juízes,
38 que o juiz de Taguatinga mora em Palmas, fica pouco em Taguatinga, pois
39 responde por outra comarca, auxilia no TJTO, etc., entende que a OAB/TO deve
40 interceder para evitar o caos. O Conselheiro Fernando Rezende informou que
41 tramita no Congresso aumento no salário dos ministros, que devemos fazer uma
42 campanha por melhorias na gestão do judiciário, endossa as palavras do
43 Conselheiro Saulo Freire, que no tocante ao Congresso Nacional dos Advogados
44 a tarifa dos hotéis está muito alta, o Conselheiro Murilo Machado disse que
45 pode perceber o quanto a advocacia privada está sendo massacrada, Defensoria
46 de um lado, juízes morosos do outro, etc., e solidarizou-se com a manifestação



1 do Conselheiro Saulo Freire. O Conselheiro Célio Moura disse da sua decepção
2 com a postura do Ministro Joaquim Barbosa, propôs assinarmos um manifesto
3 de repúdio a essa decisão; submetido a votação, foi aprovado por unanimidade,
4 foi nomeado o Vice-Presidente Rubens Dário para redigir essa nota de repúdio.
5 Em seguida o Presidente Epitácio Brandão declarou encerrada a sessão e
6 convidou todos para a solenidade de entrega de carteiras para aos novos
7 advogados e estagiários. Esgotada a pauta, eu Paulo Saint Martin de Oliveira,
8 Secretário-Geral da Seccional do Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil,
9 lavrei a presente ata que na sessão seguinte será lida, discutida e votada pelos
10 presentes.

11
12
13
14 **Dr. Epitácio Brandão Lopes**
15 Presidente

16
17
18
19 **Dr. Paulo Saint-Martin de Oliveira**
20 Secretário-Geral